



CRECHE “ALICE DE SALLES”: UMA INSTITUIÇÃO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NO AMAZONAS (1929 – 1940)

Beatriz de Souza Fidelis
Pérsida da Silva Ribeiro Miki

RESUMO: A Creche Alice de Salles foi citada pela primeira vez por Ephygênio Salles, na época presidente do estado do Amazonas, em uma Mensagem Presidencial de 1929, onde relatou que a creche foi instalada em uma antiga chácara na cachoeirinha chamada Affonso de Carvalho. A partir disso surgiram inquietações sobre a história de tal creche, visto que há ausência de estudos sobre a primeira infância no Amazonas. Os objetivos principais desse projeto foram caracterizar a creche Alice de Salles como uma das instituições educacionais infantis amazonenses, tendo como referência a sua organização, funcionamento, instalações físicas e os seus sujeitos e verificar os encaminhamentos de políticas públicas para a creche “Alice de Salles”, no período de 1929 a 1940.

Palavras-Chave: História da Educação. Creche. Alice de Salles. Amazonas.

ABSTRACT: The nursery school Alice de Salles was first mentioned by Ephygênio Salles, then president of the state of Amazonas, in a Presidential Message of 1929, where he reported that the day care center was installed in an old farmhouse in the waterfall called Affonso de Carvalho. From this emerged concerns about the history of such day care, since there are no studies on early childhood in the Amazon. The main objectives of this project were to characterize the Alice de Salles day-care center as one of the Amazonian children's educational institutions, with reference to its organization, operation, physical facilities and its subjects and to check the public policies for the "Alice de Salles" in the period from 1929 to 1940.

Keywords: History of Education. Nursery school. Alice de Salles. Amazonas.

1 INTRODUÇÃO

A creche “Alice de Salles” foi citada pela primeira vez pelo presidente do estado do Amazonas, Ephygênio Salles, na Mensagem Presidencial de 1929. Nela, o governador relatou sobre a restauração de alguns prédios e, em seguida, mencionou a creche, na chácara de Affonso de Carvalho e Assunção Menezes, para o seu funcionamento junto ao grupo escolar Carvalho Leal, na Cachoeirinha.

A Creche, enquanto instituição, dentro das políticas governamentais, foi criada após os jardins de infância, apesar do atendimento destinado às crianças com idade mais tenra (KUHLMANN Jr., 2000). Do primeiro jardim de infância público do Amazonas, em 1897, no Instituto Benjamin Constant, à creche “Alice de Salles”, houve um espaço temporal de 32 anos (MIKI, 2014).

Nesse sentido, talvez haja especificidades inerentes à creche que precisem ser investigadas. Assim questiona-se: que instituição foi a creche “Alice de Salles”? Por que este nome? Quem era Alice de Salles? Qual o motivo que levou o presidente do Amazonas à época transformar uma chácara em creche? Como eram suas instalações físicas? Quem foi ou foram as diretoras da creche “Alice de Salles”? Quais os seus professores? Que pessoas essa creche atendia? Como funcionava o atendimento da creche?

Essas inquietações são amplas para comportar o estudo da história da educação pelas instituições educacionais que nessa pesquisa tem um período delimitado de 1929 a 1940, fundamentada por meio da história social e cultural. No entanto, o desafio que se apresenta é a necessidade de revelar a história da educação infantil amazonense por meio da creche “Alice de Salles”.

2 DESENVOLVIMENTO

As instituições são criadas pelo homem a fim de atender as suas necessidades, embora nem toda necessidade humana exija a criação de uma instituição para atendê-la. As instituições são constituídas ao longo do tempo, não bastam serem criadas, tem que haver nelas ação para cumprir seu propósito de criação. Portanto, seus agentes

são fundamentais para tal finalidade, sendo um compromisso com a sociedade a qual pertencem. Nesse sentido, pode-se afirmar que a criação de uma instituição vem da necessidade da sociedade e de um interesse social e político de uma determinada época histórica (SAVIANI, 2005).

Entre as concepções sobre a influência das instituições educacionais voltadas para educação da primeira infância (jardins de infância, maternais e creches), Kuhlmann Jr (2010, p. 82) esclarece que estas foram resultados da articulação de interesses: “a jurídico-policial, a médico-higienista e a religiosa”.

A criação da ideia de creche surgiu na Europa, no fim do século XVIII e início do século XIX. Tinha como objetivo guardar as crianças (0 a 3 anos) durante a jornada de trabalho das famílias; nasce, portanto, de uma necessidade ao sistema capitalista de produção e da urbanização (SANCHES, 2004). Desta forma, sua origem na sociedade ocidental, baseou-se na relação: mulher, trabalho e criança (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

No Brasil, o primeiro registro sobre a existência de creches foi em 1879, no Rio de Janeiro, em um jornal chamado “A mãe de Família”, era um jornal destinado às mães burguesas e às senhoras fluminenses, seu principal redator era Dr. Carlos Costa, um médico da época especialista em moléstias infantis. Um artigo nesse jornal intitulado “A Creche (asilo para a primeira infância)”, escrito por Dr. K. Vinelli, também médico, relatou que a criação da creche popular no Brasil teve o objetivo diferente das creches implantadas na França e nos países Europeus, que eram destinadas ao cuidado e proteção da criança para as mães trabalharem fora de seu domicílio (MENDES, 2005; KUHLMANN Jr., 2010; PARDAL, 2011).

As creches no Brasil foram criadas para o acolhimento dos filhos das domésticas, talvez pelo fato delas virem de uma origem escrava, o que poderia relacionar a popularização de uma instituição com a condição de classe da mulher negra. Ainda no artigo “A mãe de Família” é destacada a Lei do Ventre Livre, que determinava a liberdade aos filhos nascidos das escravas. Tal condição no império, expressa no artigo 2º da Lei do Ventre Livre, assim possibilitava: “O govêrno poderá entregar a associações, por êle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do

poder dêstes em virtude do Art. 1.º- § 6.º.” (LEI Nº 2040 de 28.09.1871). Com isso, houve a necessidade da criação da creche para cuidar e educar os filhos das mulheres escravas (MENDES, 2005; KUHLMANN Jr., 2010; PARDAL, 2011).

No final do século XIX, período da abolição da escravatura no Brasil cresceu a migração da zona rural para zona urbana, o que ocasionou o surgimento das grandes cidades e posteriormente o desenvolvimento industrial (PASCHOAL; MACHADO, 2009). “Contudo, ao abolir os escravos novos problemas são gerados para a sociedade, pois o que aconteceria com os filhos da escravidão?” (MENDES, 2005, p. 97). Não existiam espaços suficientes para o cuidado dessas crianças, que os pais não conseguiam criar, muitas eram abandonadas.

Outra fase da história brasileira importante para elaboração de iniciativas para proteção da criança foi a proclamação da República, pois neste período foram criadas as creches, asilos e internatos, com objetivo de diminuir o índice de mortalidade infantil e assegurar o cuidado das crianças pobres (MENDES, 2005). Mesmo com o trabalho que as casas de Misericórdia realizavam de amparo a criança pobre, muitas creches foram criadas por organizações filantrópicas (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

No Brasil, a creche surgiu no final do século XIX para acompanhar o processo de industrialização e urbanização do país (SANCHES, 2004). O início do século XX foi marcado por transformações econômicas, políticas e sociais no país. No entanto, o debate acerca do caráter assistencial e educacional da creche circula no meio acadêmico.

A origem da creche, atrelada ao trabalho feminino, às preocupações sanitárias e filantrópicas foi assistencialista, pois o trabalho desenvolvido com as crianças era de higiene, alimentação e cuidados físicos, não tinham enfoque pedagógico, funcionavam de depósitos de crianças para que as mães pudessem trabalhar fora (ALVES, 2011).

A creche era vista como assistencial, pois no período de sua criação era um recurso ligado à pobreza; as mulheres recorriam à creche quando forçadas a trabalhar por alguma circunstância, pois eram mães solteiras, mulheres abandonadas pelo marido, mulheres casadas, mas com necessidade de aumentar o orçamento familiar e também viúvas.

Para Kishimoto (1988), a creche era considerada um mal necessário que veio a auxiliar no ajuste moral e econômico que a urbanização e industrialização trouxeram para as famílias. Embora a creche tivesse esse fim de auxiliar ou substituir a família na vida da criança, “não se pode atribuir caráter pedagógico a uma instituição que prioriza apenas cuidados com a primeira infância” (KISHIMOTO, 1899, p. 27).

Por outro lado, Kuhlmann Júnior discorda do caráter assistencial exclusivo à creche e defende a existência de um caráter educacional, desde a sua criação. “São inúmeras as referências ao caráter educacional das creches e pré-escolas assistencialistas” (KUHLMANN Jr., 2010, p. 169). Um dos indícios que ele usa para comprovar esse caráter educacional é a função de guarda da criança pequena, que evitaria que a criança ficasse nas mãos da criadeira, julgada incapaz de ter os cuidados necessários, e preservava a criança de más influências exteriores. Em primeiro lugar se tirava a criança dos perigos e depois se fazia o cultivo de sua inteligência.

Esse debate propõe que é perigoso haver generalizações, mas é imprescindível o estudo das instituições em suas especificidades locais, ou seja, é importante que se aprofunde na história da creche enquanto instituição no Amazonas, a exemplo da “Alice de Salles”.

Em 1925 Ephygênio Salles foi eleito Presidente do Estado do Amazonas, seu mandato foi considerado exemplar por ter executado obras de grande alcance social e econômico. Em 1928 Ephygênio Salles citou pela primeira vez a creche Alice de Salles em uma Mensagem Presidencial publicada em 1929.

Segundo o Dicionário Amazonense de Biografias, Vultos do Passado (BITTENCOURT, 1973), Ephygênio Salles, nasceu em 16 de agosto de 1879 no Sêro do Frio, em Minas Gerais. A primeira vez que veio ao Amazonas tinha 17 anos e logo começou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo no “Diário Oficial” do Estado. Depois retornou ao Sul seguindo carreira no Exército Brasileiro, mais tarde estudou Direito e veio também a exercer o magistério.

Terminada a Campanha de Canudos e a fase inicial de sua vida, regressou ao Amazonas. Dessa vez começou a trabalhar como repórter do jornal “O Amazonas”, tal jornal possuía forte influência política, e por força da oposição teve suas portas fechadas por algum tempo. No início de 1895, passou uma época no Acre, na missão

de expulsar os bolivianos do território brasileiro e, após ficar doente com beribéri, retornou enfermo a Manaus. Fez parte de uma expedição ao Acre mais tarde junto a várias figuras importantes do Estado do Amazonas da época. Em 1907 passou um tempo no Rio de Janeiro e em 1910 retornou ao Amazonas. Neste mesmo ano foi nomeado, via concurso público, distribuidor e contador geral do Foro da Cidade de Manaus. Em 1912, assumiu a direção do jornal intitulado “O Diário do Amazonas”.

Em 1911, Ephygênio Salles foi eleito pela primeira vez Deputado Federal e exerceu o mandato até 1925, sendo reeleito. Durante essa época de deputado, residiu em Belo Horizonte, onde se casou com Alice Tavares Ferreira de Salles e juntos tiveram seis filhos. O terceiro filho do casal recebeu uma homenagem na Folha do Sul Gaúcho por seu centenário em 2015, com o título da notícia: “Jônio Salles recebe hoje homenagem por seu centenário”.

No final do século XIX a hanseníase se constituiu como problema sanitário internacional. No Brasil o censo realizado entre 1920 e 1925 mostrava que as regiões com mais casos de lepra eram o Sudeste e o Norte. No país, apesar dos dados estatísticos não apresentarem fidedignidade, o total de doentes aproximava-se de 11.174 pessoas. Não diferente de vários estados brasileiros, o Amazonas adotou as orientações e medidas das diretrizes nacionais para lidar com a doença, levando em conta as peculiaridades locais. Alfredo da Matta foi o principal médico leprologista, na profilaxia da lepra no estado do Amazonas, que defendia a política de isolamento dos doentes (SCHWEICKARDT; XEREX, 2015).

De acordo com o noticiário que tinha como título “Em defesa do preventório anti-leproso”, do Dr. H. C. de Souza Araújo, em 1923 foi baixado um Decreto que “estatuiu a segregação dos filhos dos leprosos, sempre que possível imediatamente após o seu nascimento” (ARAÚJO, 1942, p. 466). Isso traria prioritariamente a criação de creches. A “Alice de Salles” aparece nesse noticiário como uma das creches do Norte do país, em Manaus, que foi fundada em 1928, para atender essa necessidade.

Ephygênio Salles, na Mensagem do Amazonas de 1928, declarou o seguinte: “Sabido que os descendentes dos lázaros não trazem consigo, ao nascer, a herança estigmatizadora, dois grandes motivos passaram a aconselhar o asylo dos que vissem o mundo em lares contagiosos” (AMAZONAS, Mensagem, 1929, p. 205), o

primeiro desses motivos era evitar que os bebês indefesos fossem já infectados com a infeliz doença e o outro motivo era tentar baixar os índices de pessoas infectadas, visto que era obrigação do governo criar meios para isso.

Portanto, a creche nomeada “Alice de Salles” era um abrigo que permitia a “salvação” dos recém-nascidos filhos, dos hanseanos no Amazonas, mantendo-os asilados. Ainda na Mensagem Presidencial do Amazonas (1929) Ephygênio Salles relata que a instalação da Creche foi no bairro da Cachoeirinha, na antiga Chácara Affonso de Carvalho, que recebeu modificações, reforma e modelamento necessários para tornar seu ambiente adequado a confortável. Nomeou Maria Miranda Leão como a primeira diretora da creche.

Maria Theodolinda do Miranda Leão nasceu no Amazonas, estudou de 1904 a 1913 no Instituto Benjamin Constant, onde entrou com 11 anos de idade e saiu com idade provável de 22 anos. (MIKI, 2014). Atuou mais tarde no movimento feminino em obras assistencialistas com apoio da Igreja Católica e, por isso, ficou sendo chamada de Mãezinha; em 1922 ingressou na vida pública no Serviço de Profilaxia Rural, onde foi Fundadora da Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância e do Serviço para crianças recém-nascidas de pais hansenianos. Foi a primeira diretora da Creche “Alice de Salles” em 1928. Em 1935 foi eleita Deputada e Constituinte do Amazonas, sendo também membro da Ação Integralista Brasileira (AIB). Foi defensora da Igreja Católica e defensora do ensino religioso. Além de ser a favor da participação da mulher na política. Foi diretora da casa Doutor Farjado, que era outra instituição de amparo a criança no Amazonas (COSTA, 2001).

Na revista da Associação Commercial do Amazonas (ACA, 1928), a finalidade da Creche “Alice de Salles” foi explicitada como uma instituição para livrar os recém-nascidos do contágio de hanseníase pelos pais doentes, com o objetivo de amparo à infância. Como instituição, junto com a Casa Dr. Fajardo, contribuiu com o sistema hospitalar do Amazonas.

O nome da creche foi dado pelo Dr. Samuel Uchôa como homenagem a esposa de Ephygênio Salles, pois segundo ele, ela foi a primeira pessoa de quem ele se lembrou, pelo especial carinho dela de promover a instalação e funcionamento da

creche na antiga chácara Affonso de Carvalho até que se tornasse satisfatória aos seus fins (ACA, 1928).

5 NOTA CONCLUSIVA

A existência da Creche “Alice de Salles” destinada aos filhos de hansenianos marcou a história da educação infantil no Amazonas, acompanhando as políticas nacionalistas de profilaxia na nação brasileira. Essa instituição médico-sanitarista foi criada pelo governo do Amazonas, com a finalidade de separar os filhos sadios de seus pais com o mal de hansen, e teve projeção nacional na forma do estado em cuidar da criança amazonense. A caracterização dessa instituição é o desafio para futuras pesquisas a fim de que se esclareça não apenas o seu caráter assistencial e educacional como se desvele sobre os sujeitos que a pertenceram e o funcionamento da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Bruna Molisani Ferreira. *Infâncias e educação infantil: aspectos históricos, legais e pedagógicos*. Revista Aleph Infancias On Line. Ano V. N°. 16. Novembro, 2011. ISSN 1807-6211.

AMAZONAS. *Mensagem do governador Ephygênio Sales*, de 14 de julho de 1929. Disponível em: www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas. Acesso em 10 out. 2010.

ARAÚJO, Heraclides César de Souza. *Em defesa do preventório anti-leproso* (Noticiário). Rev Bras Leprol, 10(4): 464 – 467, dez. 1942.

BITTENCOURT, Agnelo. *Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BRASIL, *Lei do Ventre Livre*, nº 2040 de vinte e oito de setembro de mil oitocentos e setenta e um.

COSTA, Maria das Graças Pinheiro. *O direito à educação no Amazonas (1933-1935)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG, 2001.

FOLHA do Sul Gaúcho – Site Oficial, Ano 6, N. °1846. Bagé – RS. Disponível em: <http://www.jornalfolhadosul.com.br/noticia/2015/02/23/jonio-salles-recebe-hoje-homenagem-por-seu-centenario>. Acesso em: 14 maio 2016.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. *A pré escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.

KUHLMANN Jr., Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E.M.T., FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C.G. (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KUHLMANN Jr., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 5.e.d. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MENDES, Sarah de Lima. *Tecendo a história das instituições no Brasil Infantil*. Natal, RN: Saberes, 2015.

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. Aspectos da Educação Infantil no Estado do Amazonas: o curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933). *Tese de Doutorado*. Itatiba, SP. Universidade São Francisco, 2014.

PARDAL, Maria Vittoria de Carvalho. O cuidado com as crianças pequenas no Brasil escravista. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. (Org.). *Educação da Infância: história e política*. 2.ed. Niterói: Editora da UFF, 2011).

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes Machado. *A história da Educação Infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009. ISSN: 1676-2584.

ACA. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus-, de 31 de outubro de 1828.

SANCHES, Emilia Cipriano. *Creche – realidade e ambiguidades*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SAVIANI, Demerval. *Instituições escolares: conceitos, história, historiografia e práticas*. Cadernos de História da Educação. São Paulo, nº. 4, jan./dez., 2005.

SCHWEICKARDT, Julio Cesar; XEREX, Luena Matheus de. *A hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 22, n.4, out,-dez. 2015, p. 1141-1156.